

**EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.632.984 - PB
(2016/0275420-3)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
EMBARGANTE : LISERVE SERVIÇOS AUXILIARES LTDA
EMBARGANTE : LISERVE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
EMBARGANTE : CONSERVGOMES SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO E OUTRO(S) - PE011338
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração manejados por Preserve Segurança e Transporte de Valores Ltda. e outras, desafiando a decisão monocrática de e-STJ, fl. 339, por meio da qual foram acolhidos os embargos de declaração da Fazenda Pública, para fixar honorários advocatícios recursais no patamar de 10% sobre o valor da causa, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015.

Em suas razões, as embargantes sustentam que, pela fiel leitura do dispositivo do art. 85, § 11, do CPC/2015, o arbitramento de honorários recursais é mero acessório em relação à condenação principal ao pagamento das verbas de sucumbência, não devendo existir sem que haja fixação de verba honorária na origem. Requerem, assim, o acolhimento dos embargos para afastar a verba honorária recursal.

Impugnação aos embargos apresentada às e-STJ, fls. 366/369.

É relatório.

Assiste razão às embargantes.

Segundo a jurisprudência desta Corte, "[...] o art. 85, § 11, do CPC/2015, ao prescrever que 'o tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal', estabeleceu uma condição para que ocorra a condenação em honorários recursais, que é justamente a condenação prévia pela instância inferior em honorários sucumbenciais" (EDcl nos EDcl no REsp 1.644.080/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19/12/2017).

No caso dos autos, como já esclarecido, não houve prévia fixação dos honorários advocatícios, de modo que deve ser afastada a pretendida majoração.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração dos contribuintes e rejeito integralmente os embargos de declaração opostos pela Fazenda

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Nacional às e-STJ, fls. 319/320.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

